



150
K

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração nº 0141219-7/02 (N.P.U. nº. 0013707-41.2010.8.17.0000)

Embargante: Município do Recife

Embargado: Olho D'água Veículos Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO DE REJULGAMENTO. EQUÍVOCO. MATÉRIA PRECLUSA PARA A PARTE. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS.

1. A empresa Olho D'água não interpôs Agravo para combater a terminativa prolatada, que deu provimento ao seu apelo, tão somente para eximi-la do pagamento de custas e honorários advocatícios, mantendo a parte da sentença que julgou improcedente o seu pleito.
2. Após o julgamento do Agravo proposto pelo Município é que a empresa opôs embargos de declaração, quando já precluso o seu direito de modificar a parte do *decisum* que julgou improcedente o seu pedido inicial.
3. Assim, em que pese a sentença merecer reforma, pois proferida em desacordo com a Jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, não há mais como modificá-la, pois precluiu o direito da parte, tendo restado incontroverso a parte do *decisum* que declarou a constitucionalidade da cobrança progressiva do IPTU após a EC 29/2000.
4. Embargos de declaração acolhidos, para anular o acórdão combatido e, em sede de rejulgamento, rejeitar os aclaratórios opostos pela empresa Olho D'água Veículos LTDA, mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração nº 0141219-7/02, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito

Gal



15^a W

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em acolher os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

152
d

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração nº 0141219-7/02 (N.P.U. nº. 0013707-41.2010.8.17.0000)

Embargante: Município do Recife

Embargado: Olho D'água Veículos Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Município do Recife em face de acórdão que, em rejugamento com base no art. 543-B do CPC acolheu os aclaratórios opostos pela empresa Olho D'água Veículos LTDA, reformando a sentença para adaptá-la ao entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de Justiça, declarando a inconstitucionalidade da progressividade instituída pela Lei Municipal nº. 15.563/91, determinando a restituição, pelo Município, dos valores de IPTU pagos com base na alíquota progressiva antes de 2004, sendo aplicado o percentual de 0,6% para imóveis residenciais e 1% para imóveis não residenciais.

Aduz o embargante que a Presidência do TJPE determinou a adoção do procedimento previsto no art. 543-B do CPC sem, contudo, realizar o exame prévio de admissibilidade do instrumento recursal manuseado pela parte adversa, defendendo a intempestividade dos aclaratórios opostos pela empresa.

Defende a impossibilidade do rejugamento da causa, pois a empresa não recorreu da decisão terminativa que manteve a sentença, tendo a questão levantada tendo transitado em julgado.

Pugnou pela declaração de nulidade do pronunciamento colegiado, reconhecendo-se a impossibilidade de rever o posicionamento veiculado apenas em sede monocrática, vez que não existiu instrumento recursal próprio endereçado ao órgão fracionário questionando a matéria constitucional (IPTU progressivo) veiculada no recurso extraordinário.

BRM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

153
OK

É o Relatório.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

154

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração nº 0141219-7/02 (N.P.U. nº. 0013707-41.2010.8.17.0000)

Embargante: Município do Recife

Embargado: Olho D'água Veículos Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

De fato, merece razão o embargante, pois o acórdão fustigado está eivado de equívoco. Explico.

A sentença monocrática julgou parcialmente procedente o pedido, para declarar a constitucionalidade da alíquota progressiva do IPTU após a vigência da Emenda Constitucional nº. 29/2000.

O Município e a empresa apelaram, e foi proferida Decisão Terminativa dando provimento ao apelo da empresa, tão somente, para eximi-la do pagamento das custas e honorários advocatícios, mantendo a sentença nos seus demais termos.

A empresa Olho D'água não interpôs Agravo para combater a terminativa prolatada, tendo recorrido somente o Município do Recife.

Após o julgamento do Agravo proposto pelo Município, o qual manteve a sentença, é que a empresa opôs embargos de declaração, quando já precluso o seu direito de modificar a parte do *decisum* que julgou improcedente o seu pedido inicial.

Assim, em que pese a sentença merecer reforma, pois proferida em desacordo com a Jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, não há mais como modificá-la, pois precluiu o direito da parte, tendo restado incontroverso a parte do *decisum* que declarou a constitucionalidade da cobrança progressiva do IPTU após a EC 29/2000.

ESM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Desta forma, por todo o exposto, voto acolher os presentes embargos de declaração, anulando o acórdão combatido, de fls. 207/208 para, em sede de rejugamento, rejeitar os aclaratórios opostos pela empresa Olho D'água Veículos LTDA, mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator